CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – UDESC

(de acordo com o **Plano de Ensino 2022/2**)

Aproveitamento de disciplinas

Disciplinas de ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	**Disciplinas de DIREITO**
1) Sociologia Aplicada à Administração	1) Sociologia Geral. 2) Sociologia Jurídica.
2) Filosofia	1) Filosofia e Ética Geral; 2) Filosofia do Direito.
3) Matemática Aplicada à Administração Pública	1) Cálculo IA (UFPEL).
4) Direito Constitucional	1) Teoria Geral do Direito; 2) Direito Constitucional I; 3) Direito Constitucional II; 4) Direito Constitucional III;
5) Direito Administrativo 6) Licitações e Contratos Públicos	1) Direito Administrativo I; 2) Direito Administrativo II.
7) Ciências Políticas	1) Ciência Política: Estado e Constituição.
8) Direito Tributário	1) Direito Tributário I; 2) Direito Tributário II.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDÊUTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Ciência Política: Estado e Constituição**
CODICRED: **24154-04**

I. **EMENTA:** Estudo da Política como o setor da atividade humana que guia a sociedade, convertendo preferências individuais em decisões coletivas, através do Poder. Noção, objeto e método da Teoria do Estado e da Constituição.

II. **OBJETIVOS**: Capacitar o aluno a compreender e relacionar, sob a perspectiva da política, o Estado e a Constituição, a partir de uma abordagem histórica e das ciências sociais.

III. **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Ciência política e teoria do Estado.
- 1.1 Conceito, objeto, método e relações com demais ciências sociais.
- 1.2 O que é política?
- 1.3 O que é poder?
- 1.4 Sociedade, corpo político, nação e Estado.
- 1.5 Conceito de Estado e sua origem.
- 1.6 Tipos de corpos políticos até o Estado Moderno.

2. Tipos de Estado ao longo da História.
- 2.1 Estado Nacional Moderno.
- 2.2 Estado Liberal Clássico.
- 2.3 Estado Liberal Pluralista.
- 2.4 "Rule of Law", "État Constitutionnel" e "Rechtsstaat".
- 2.5 Estado Social.
- 2.6 Estado de Solidariedade.

3. Morfologia do Estado e teoria da Constituição.
- 3.1 Teoria da Constituição e processo constituinte.
- 3.2 Formas de Estado.
- 3.3 Formas de governo.
- 3.4 Teoria da partição das funções do Estado.
- 3.5 Relações entre Estado e sociedade quanto à formação.
- 3.6 Estado e ordem internacional.

4. Morfologia da política.
- 4.1 Sistema de governo.
- 4.2 Regimes políticos.
- 4.3 Análise do regime democrático.
- 4.4 Sistemas eleitorais.
- 4.5 Sistemas partidários.
- 4.6 O problema atual da soberania.

IV. BIBLIOGRAFIA:

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDÊUTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **CIÊNCIA POLÍTICA: ESTADO E CONSTITUIÇÃO**
CODICRED: **24154-04**

A – BÁSICA

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocência Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional.* 4ª ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.
MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e da Constituição*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

B – COMPLEMENTAR

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2008.
SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
SOUZA JÚNIOR, Cezar Saldanha. *A crise da democracia no Brasil: aspectos políticos*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2005.
WEFFORT, Francisco. *Clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 2005.

****

PUCRS - ESCOLA DE DIREITO
Confere com o documento original
Programa em vigor em 2010/1 / semestre.
Porto Alegre, 06/03/09

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 11 – 8º andar | CEP 90619-900 | Porto Alegre, RS – Brasil
Fone: (51) 320-3634 - Fax: (51) 3320-3617 | E-mail: direito@pucrs.br | www.pucrs.br/direito

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO
DISCIPLINA: **Direito Administrativo I: Pesquisa e Prática (85h)**
CODICRED: **24371-04**

I. EMENTA: Estudo da função administrativa do Estado. O Direito Administrativo como instrumento da administração pública. Princípios do Direito Administrativo. Atividades e Entidades administrativas. Agentes Públicos. Servidores Públicos. Cargos, funções e empregos públicos. Serviço público e sua delegação. Atos e Fatos administrativos. Atividades e Poderes Administrativos. Poder de polícia do Estado.

II. OBJETIVOS: Instrumentalizar os acadêmicos, oportunizando-lhes informações necessárias ao aprofundamento de referenciais teóricos aplicados ao campo do Direito Administrativo, visando, sobretudo, o despertar de uma consciência jurídica afinada com os métodos e práticas administrativas. Estimular a pesquisa jurídica, através da leitura, análise e comparação do posicionamento da doutrina, visando, além da assimilação dos termos técnicos, um nível de conhecimento que possibilite interpretar as leis, a doutrina e a jurisprudência, com coerência e precisão, na busca de soluções concretas.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Objetivos da disciplina, método e bibliografia. 1.1. Noções de Direito Administrativo. 1.2. Situação dentro do Direito Objetivo. 1.3. Conceito de Direito Administrativo. 1.4. Autonomia, objeto e princípios próprios do Direito Administrativo. 1.5. Relações com outros ramos do Direito. 1.6. Fontes do Direito Administrativo. 1.7. Relação de Administração.

2. Atividade administrativa do Estado. 2.1. Funções do Estado. 2.2. Administração Pública – entidades políticas e administrativas. 2.3. Natureza, fins e princípios básicos da Administração Pública. 2.4. Administração pública direta e indireta. 2.5. Administração Direta. Estruturação das entidades e órgãos públicos. 2.6. Classificação dos órgãos públicos. 2.7. Administração Pública indireta: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. 2.8. Entes de Cooperação com o Poder Público. Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Sistema S.

3. Agentes Públicos. 3.1. Conceito de Agentes públicos. 3.2. Classificação dos agentes públicos. 3.3. Servidores públicos. Regime jurídico. 3.4. Tratamento constitucional dos servidores públicos. 3.5. Cargos, empregos e funções públicos. 3.6. Formas e exigências para o provimento. 3.7. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos. 3.8. Remuneração e subsídio. 3.9. Acumulação de cargos, empregos e funções. 3.10. Estabilidade,
Vitaliciedade, Efetividade. 3.11. Regime de previdência 3.12. Direitos e deveres dos servidores públicos. 3.13. Perda da condição de servidor público.

4. Serviço Público. 4.1. Evolução conceitual. 4.2. Características do serviço público. 4.3. Classificação dos serviços públicos. 4.4. Delegação da prestação do serviço público. 4.5 Concessão, permissão e autorização dos serviços públicos

5. Atos e fatos administrativos. 5.1. Conceitos de atos e fatos administrativos. 5.2. Requisitos dos atos administrativos. 5.3. Atributos. 5.4. Classificação dos atos administrativos. 5.5. Espécies de Atos Administrativos. 5.6. Eficácia do ato

administrativo. 5.7. Motivação dos atos administrativos: teoria dos motivos determinantes. 5.8. Extinção dos atos administrativos. 5.9. Prescrição do ato administrativo.

6. Atividades e Poderes Administrativos. 6.1. Poder hierárquico. 6.2. Poder Disciplinar. 6.3. Poder regulamentar. 6.4. Poder discricionário e poder vinculado. 6.5. Poder de polícia do Estado. 6.6. Objeto, finalidade e limites do Poder de Polícia. 6.7. Atributos do poder de polícia. 6.8 Espécies do Poder de Polícia. 6.9 Polícia e propriedade. 6.10. Polícia sanitária. 6.11. Polícia de trânsito. 6.12. Polícia de indústria e comércio. 6.13. Polícia judiciária e polícia administrativa.

IV. BIBLIOGRAFIA:

A - BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** São Paulo: Lúmen Juris.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** São Paulo: Atlas.
MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** São Paulo: Malheiros.

B - COMPLEMENTAR

FREITAS, Juarez. **Estudos de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros.
GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva.
MEDUAUR, Odete. **Direito Administrativo Moderno.** São Paulo: RT.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo.** São Paulo: Malheiros.
MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo.** Rio de Janeiro: Forense.

PUCRS - ESCOLA DE DIREITO
Confere com o documento original
Programa em vigor em 2010/2 / semestre.
Porto Alegre, 06/03/19

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO
DISCIPLINA: **Direito Administrativo II: Pesquisa e Prática (85h)**
CODICRED: **24372-04**

I. EMENTA: Bens Públicos. Processo administrativo. Intervenção do Estado na propriedade privada e no domínio econômico. Responsabilidade da Administração Pública. Controle da Administração Pública. Licitações Públicas. Contratos administrativos e Contratos da Administração Pública. Responsabilidade extracontratual da Administração Pública. Intervenção do Estado na propriedade. A atuação do Estado no domínio econômico.

II. OBJETIVOS: Instrumentalizar os acadêmicos, oportunizando-lhes informações necessárias ao aprofundamento de referenciais teóricos aplicados ao campo do Direito Administrativo, visando, sobretudo, o despertar de uma consciência jurídica afinada com os métodos e práticas administrativas. Estimular a pesquisa jurídica, através da leitura, análise e comparação do posicionamento da doutrina, visando, além da assimilação dos termos técnicos, um nível de conhecimento que possibilite interpretar as leis, a doutrina e a jurisprudência, com coerência e precisão, na busca de soluções concretas.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Bens Públicos. 1.1. Conceito e natureza jurídica dos bens públicos. 1.2. Classificação dos bens públicos. 1.3. Regime jurídico dos bens públicos. 1.4. Uso dos bens públicos. 1.5. Terras devolutas. 1.6. Terrenos da marinha. 1.7. Terrenos acrescidos. 1.8. Terrenos reservados. 1.9. Ilhas. 1.10. Faixas de fronteira. 1.11. Águas públicas. 1.12. Jazidas. 1.13. Florestas. 1.14. Espaço aéreo. 1.15. O meio ambiente como bem público. 1.16 Terras Indígenas e Quilombolas.

2. Processo e procedimento administrativo. 2.1. Conceitos de processo e procedimento administrativo. 2.2. Princípios que regem o processo administrativo. 2.3 Espécies de processos administrativos. 2.4. Meios investigatórios preliminares ao processo administrativo disciplinar. 2.5. Fases do processo administrativo. 2.6. Recursos administrativos: conceitos, fundamentos, efeitos e modalidades. 2.7. Coisa julgada administrativa.

3. Controle da administração pública. 3.1. Controle interno da administração pública e seus instrumentos. 3.2. Contencioso administrativo. 3.3. Jurisdição una e jurisdição dupla. 3.4 Controle externo da administração pública. 3.5. Controle legislativo. 3.6. Controle pelo Tribunal de Contas. 3.7. Competências do Tribunal de Contas e participação do cidadão. 3.8. Controle da responsabilidade fiscal. 3.9. Controle judicial e seus limites. 3.10. A Lei de Improbidade Administrativa.

4. Licitações Públicas. 4.1. Conceito, finalidade, princípios informativos e objeto da licitação. 4.2. Obrigatoriedade da licitação. 4.3. Modalidades de licitação. 4.4. Fases do processo licitatório. 4.5. Dispensa e inexigibilidade de licitação. 4.6. Anulação e revogação da licitação.

5. Contratos administrativos e Contratos da Administração Pública. 5.1. Conceito e peculiaridades. 5.2. Cláusulas exorbitantes. 5.3. Cláusulas essenciais. 5.4. Garantias. 5.5. Execução do contrato. 5.6. Formas de extinção do contrato administrativo. 5.7. Contrato de concessão de serviço público. 5.8. Alteração e extinção da concessão. 5.9. Contratos e compromissos de gestão. 5.10. Parcerias Público Privadas.

6. Responsabilidade extracontratual da Administração Pública. 6.1. Evolução e estágio atualda responsabilidade da administração pública. 6.2. Requisitos: ação ou omissão do Poder Público, dano e nexo de causalidade. 6.3. Ação de regresso. 6.4. Responsabilidade por atos legislativos e judiciais. 6.5. Responsabilidade por atos de concessionários de serviço público.

7. Intervenção do Estado na propriedade: conceito, fundamento, finalidades e requisitos constitucionais. 7.1. Sujeitos, objeto e requisitos da desapropriação. 7.2. Fases do procedimento desapropriatório. 7.3. A declaração de utilidade pública e interesse social e seus efeitos. 7.4. A desapropriação amigável. 7.5. A desapropriação judicial. 7.6. Indenização do bem expropriado. 7.7. Desapropriação Indireta. 7.8. Retrocessão. 7.9. Requisição. 7.10. Limitação Administrativa. 7.11. Servidão Administrativa. 7.12. Ocupação Temporária. 7.13. Tombamento.

8. A atuação do Estado no domínio econômico. 8.1 Bases constitucionais. 8.2. Exploração direta da atividade econômica pelo Estado. 8.3. Atividades de fomento. 8.4. Atividade reguladora e atividade repressiva. 8.5. A privatização de serviços públicos e entidades estatais. 8.6. O papel das agências reguladoras.

IV. BIBLIOGRAFIA:

A - BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** São Paulo: Lúmen Juris.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** São Paulo: Atlas.
MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** São Paulo: Malheiros.

B - COMPLEMENTAR

FREITAS, Juarez. **Estudos de Direito Administrativo.** São Paulo: Malheiros.
GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva.
MEDUAUR, Odete. **Direito Administrativo Moderno.** São Paulo: RT.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo.** São Paulo: Malheiros.
MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo.** Rio de Janeiro: Forense.

****

PUCRS - ESCOLA DE DIREITO
Confere com o documento original
Programa em vigor em 2011 / 1 / semestre.
Porto Alegre, 06 / 03 / 19

CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE PROPEDÊUTICA JURIDICA
DISCIPLINA: **DIREITO CONSTITUCIONAL I**
CODICRED: **24145-04**
VÁLIDO PARA TODOS OS CURRÍCULOS

(a partir de 2004/1)

I. EMENTA: Apresentação da ciência do Direito Constitucional e da Teoria da Constituição, enfatizando o conceito, as funções, os tipos e a evolução das Constituições, analisando a teoria do Poder Constituinte, da norma constitucional e a teoria geral dos princípios e direitos fundamentais, conciliando os aspectos vinculados à teoria constitucional com uma análise do Direito Constitucional Positivo Brasileiro.

II. OBJETIVOS: Estudar, criticar e explicar o Direito Constitucional e a Teoria da Constituição de acordo com uma perspectiva jurídico-positiva, apresentando a Constituição como sistema aberto de princípios e regras, sempre buscando uma aproximação com o Direito Constitucional Positivo Brasileiro.

III. METODOLOGIA: A metodologia adotada será a da aula expositiva, com a discussão dos temas propostos à luz de exemplos coletados da experiência constitucional brasileira, análise de textos e busca da relação entre o Direito Constitucional e a Teoria da Constituição e a realidade social, política e econômica, bem como a conexão da disciplina com as demais disciplinas jurídicas.

IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I - Teoria Geral da Constituição e do Direito Constitucional:
1. Objetivos da disciplina, método e bibliografia. 2. Conceito, características e fontes do Direito Constitucional. 3. Classificação das Constituições. 4. Direito constitucional em sentido formal e material. 5. O problema da supremacia da Constituição e da hierarquia das fontes. 6. Origens e desenvolvimento histórico das Constituições, com ênfase na formação constitucional brasileira. 7. Modelos constitucionais e perspectivas. 8. Conceito, estrutura, funções e classificação das Constituições. 9. O problema da força normativa da Constituição. 10. Mudança constitucional: generalidades.

II - Teoria do Poder Constituinte:
1. Noções preliminares. 2. O Poder Constituinte. 2.1. Características. 2.2. Natureza jurídica. 2.3. Distinções entre poder constituinte formal e material. 2.4. Titularidade. 2.5. Formas de manifestação. 2.6. A crise do Poder Constituinte e o problema da legitimidade da Constituição.

CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE PROPEDÊUTICA JURIDICA
DISCIPLINA: **DIREITO CONSTITUCIONAL I**
CODICRED: **24145-04**
VÁLIDO PARA TODOS OS CURRÍCULOS

(a partir de 2004/1)

3. O Poder de Reforma da Constituição (Poder Constituinte Derivado). 3.1. Conceito, características e funções. 3.2. Delimitação terminológica (reforma, revisão, emendas). 3.3. Limites formais, temporais e circunstanciais. 3.4. Os limites materiais implícitos e expressos. 3.5. Significado e alcance das "cláusulas pétreas". 4. O Poder Constituinte Decorrente (O Poder Constituinte dos Estados na Federação: uma introdução).

III - Teoria da norma constitucional: eficácia e aplicabilidade
1. Estrutura jurídica das normas constitucionais: a Constituição como sistema aberto de regras e princípios. 2. Formas de positivação e funções das normas constitucionais. 3. Vigência, eficácia, aplicabilidade e efetividade. 4. A eficácia jurídica e aplicabilidade das normas constitucionais. 5. Classificação das normas quanto à eficácia e aplicabilidade. 6. Conteúdo das diversas cargas eficaciais das normas constitucionais.

IV - Teoria da norma constitucional: a norma no espaço e no tempo
1. Conflito de normas no espaço. 2. Relações entre o direito internacional e a ordem jurídica interna. 3. As normas estrangeiras e a Constituição. 4. A Constituição e os conflitos intertemporais. 5. A Constituição nova e a ordem constitucional anterior. 6. As emendas e a Constituição em vigor. 7. A Constituição nova, as emendas e o direito infraconstitucional anterior. 8. O problema da retroatividade das normas constitucionais em face dos direitos adquiridos, coisa julgada e ato jurídico perfeito.

V - Linhas mestras da interpretação das normas constitucionais
1. Especificidades da interpretação constitucional. 2. Os métodos da interpretação constitucional. 3. Princípios diretivos da interpretação constitucional. 4. Limites da interpretação constitucional.

VI – Dos Princípios e dos Direitos e Garantias Fundamentais: teoria geral na Constituição de 1988
1. Conceito, características, funções e classificação dos princípios constitucionais fundamentais. 2. Direitos Fundamentais: origens, evolução e a problemática das gerações (dimensões). 3. A dupla fundamentalidade formal e material dos direitos fundamentais na ordem constitucional. 4. O conceito materialmente aberto de Direitos Fundamentais: conteúdo e significado do artigo 5º, parágrafo 2º, da CF. 5. Multifuncionalidade e classificação dos

Campus Central
Av. Ipiranga, 6681 – P. 11 – 8º andar
CEP: 90619-900
Fone: (51) 3320-3634 – Fax (51) 3320 – 3617
E-mail: direito@pucrs.br
www.pucrs.br/direito

direitos fundamentais. 6. Titularidade dos direitos e garantias fundamentais. 7. Eficácia, aplicabilidade e interpretação dos princípios e direitos fundamentais como problema específico: análise do alcance e significado do artigo 5º, parágrafo 1º, da CF. 8. Limites e restrições dos direitos fundamentais. 9. Alguns princípios e direitos em espécie: dignidade da pessoa humana, direito à vida, direito geral de liberdade, igualdade, o problema dos direitos sociais a prestações, nacionalidade e direitos políticos.

V. BIBLIOGRAFIA

A - BÁSICA

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros.
MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e da Constituição*. Rio de Janeiro: Forense.
SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

B - COMPLEMENTAR

ÁVILA, Humberto Bermann. *Teoria dos Princípios*. São Paulo: Malheiros.
ANDRADE, José Carlos Vieira de. *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*. 2ª ed., Coimbra: Almedina.
BARROSO, Luís Roberto. *Aplicação e Interpretação da Constituição*. São Paulo: Saraiva.
_____. *O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas*. Rio de Janeiro: Renovar.
CANOTILHO, Joaquim José Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina.
COELHO, Inocêncio Mártires. *Interpretação Constitucional*. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *O Poder Constituinte*. São Paulo: Saraiva.

****

PUCRS - ESCOLA DE DIREITO
Confere com o documento original
Programa em vigor em 2010/2/ semestre.
Porto Alegre, 06/03/09

PUCRS
Campus Central
Av. Ipiranga, 6681 - P. 11 - 8º andar
CEP: 90619-900
Fone: (51) 3320-3634 - Fax (51) 3320 - 3617
E-mail: direito@pucrs.br
www.pucrs.br/direito

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDÊUTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Direito Constitucional II**
CODICRED: **24157-04**

I. EMENTA: Estudo dos aspectos estruturais e organizacionais do Estado Democrático de Direito delineado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, contextualizados em relação à história constitucional do Brasil e ao direito constitucional geral.

II. OBJETIVOS: Proporcionar aos alunos a compreensão do direito constitucional positivo brasileiro e do seu papel dentro do ordenamento jurídico e da sociedade, especificamente no que tange à estrutura e organização da República Federativa do Brasil, habituando-os ao uso do texto constitucional como instrumento de trabalho e objeto de reflexão crítica.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I - ORGANIZAÇÃO DO ESTADO:
1. Federação.
2. União, Estados, Municípios e Distrito Federal.
3. Competências e sua distribuição:
   3.1. Competências privativas.
   3.2. Competências comuns e concorrentes.
4. Intervenção Federal e Estadual.

II - ORGANIZAÇÃO DOS PODERES:
1. Separação dos Poderes.
2. Poder Legislativo:
   2.1. Funções, Estrutura e Competências.
   2.2. Imunidades Parlamentares.
   2.3. Processo Legislativo.
   2.5. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.
3. Poder Executivo:
   3.1. Funções, Estrutura e Competências.
   3.2. Eleição e Mandato do Chefe do Poder Executivo.
   3.3. Responsabilidade do Chefe do Poder Executivo.
4. Poder Judiciário:
   4.1. Funções, Estrutura e Competências.
   4.2. Estatuto da Magistratura.
5. Funções Essenciais à Justiça:
   5.1. Ministério Público.
   5.1.1. Ministério Público da União
   5.1.2. Ministério Público Federal
   5.1.3. Ministério Público Eleitoral
   5.1.4. Ministério Público do Trabalho
   5.1.5. Ministério Público Militar
   5.1.6. Ministério Publico Estadual
   5.2. Advocacia Pública e Privada.
   5.3. Defensoria Pública.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDÊUTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **DIREITO CONSTITUCIONAL II**
CODICRED: **24157-04**

III - DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS:
1. Estado de Defesa e Estado de Sítio.
2. Forças Armadas.
3. Segurança Pública.

IV - TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO:
1. Sistema Tributário Nacional (linhas gerais).
2. Finanças Públicas (linhas gerais).

V - ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA:
1. Princípios Gerais.
2. Política Urbana e Política Fundiária.
3. Sistema Financeiro Nacional.

VI - ORDEM SOCIAL:
1. Seguridade Social.
2. Educação, Cultura e Desporto.
3. Ciência, Tecnologia e Comunicação Social.
4. Meio Ambiente.
5. Família, Criança, Adolescente e Idoso.
6. Índios.

IV. BIBLIOGRAFIA:

A – BÁSICA

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocência Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.
SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 31. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2008.
TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

B - COMPLEMENTAR

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 16. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2005.
BULOS, Uadi Lammêgo. *Constituição Federal Anotada*. 6. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2005.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Do processo legislativo*. 5. ed. rev. ampl. Atual. São Paulo: Saraiva, 2002.
MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
SALDANHA, Nelson Nogueira. *O poder constituinte: tentativa de estudo sociológico e jurídico*. Imprensa Industrial.1991.

****

PUCRS - ESCOLA DE DIREITO
Confere com o documento original
Programa em vigor em 2011/1 / semestre.
Porto Alegre, 06/03/19

PUCRS | ESCOLA DE DIREITO

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDÊUTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Direito Constitucional III: Pesquisa e Prática (85h)**
CODICRED: **24158-04**

I. **EMENTA:** Estudo teórico e prático dos aspectos processuais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com ênfase nas ações constitucionais e na evolução e peculiaridades do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. Controle de constitucionalidade difuso e concentrando. Ações no controle concentrado. Ações constitucionais típicas.

II. **OBJETIVOS**: Proporcionar aos alunos a compreensão do direito constitucional positivo brasileiro e do seu papel dentro do ordenamento jurídico e da sociedade, especificamente no que tange aos aspectos processuais, habituando-os ao uso do texto constitucional como instrumento de trabalho e objeto de reflexão crítica.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I - PROCESSO CONSTITUCIONAL:
1. Constituição e Processo.
2. Garantias Constitucionais Processuais.

II - AÇÕES CONSTITUCIONAIS:
1. Habeas Corpus.
2. Habeas Data.
3. Mandado de Segurança individual e coletivo.
4. Mandado de Injunção.
5. Ação Popular.
6. Ação Civil Pública.
7. As ações constitucionais na justiça eleitoral.

III - CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE:
1. Noção, evolução, modalidades.
2. Controle difuso.
3. Controle concentrado genérico.
3.1. ADIN.
3.2. ADC.
3.3. ADPF.
4. Controle concentrado por omissão.
5. Reclamação.
6. Representação interventiva.

IV. BIBLIOGRAFIA:

A – BÁSICA

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocência Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.
SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 31. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2008.
TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDÊUTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **DIREITO CONSTITUCIONAL III**
CODICRED: **24158-04**

B – COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Vania Hack de. *Controle de Constitucionalidade*. Porto Alegre: Verbo Jurídico.1993.
BARROSO, Luís Roberto. *O controle de constitucionalidade no Direito Brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência*. 2. ed. rev. atual São Paulo: Saraiva, 2006.
CAPPELETTI, Mauro. *O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado*. 2. ed. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1992.
MENDES, Gilmar Ferreira. *Jurisdição constitucional: o controle abstrato de normas no Brasil e na Alemanha*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
KELSEN, Hans. *Jurisdição Constitucional*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

****

PUCRS - ESCOLA DE DIREITO
Confere com o documento original
Programa em vigor em 2011/2/ semestre.
Porto Alegre, 06/03/19

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO
DISCIPLINA: **Direito Tributário I**
CODICRED: **24322-04**

I. EMENTA: Estudo das relações jurídicas entre os entes dotados de competência impositiva e/ou administrativa-arrecadatória e aqueles que são compelidos às prestações, positivas ou negativas, relativas à exigência, fiscalização e arrecadação dos tributos.

II. OBJETIVOS: A disciplina visa prover o aluno dos conhecimentos necessários à correta análise e identificação do fenômeno tributário, de modo crítico, mediante exposição sistemática das regras jurídicas, legislativas ou não, que se referem às imposições de natureza tributária. Especial destaque é conferido à colocação precisa do Direito Tributário dentro da generalidade das disciplinas jurídicas e à compreensão do Sistema Constitucional Tributário Nacional, do tributo e suas espécies mais significativas, da obrigação tributária e do crédito tributário.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1.Objetivos da disciplina, método e bibliografia. Direito Tributário. 1.1. Direito Tributário: o tributo como objeto do Direito Tributário. 1.2. O Direito Tributário como ramo do Direito Público e como direito obrigacional. 1.3. Relacionamento com as demais disciplinas jurídicas (direito da superposição). 1.4. Autonomia didática.

2.Fontes do Direito Tributário. 2.1. Fontes materiais e formais: distinção. 2.2. Fontes formais do Direito Tributário: normas principais e normas complementares. 2.3. A Constituição Federal.

3. Espécies tributárias. 3.1. Teoria dos tributos vinculados e não-vinculados. 3.2. As espécies tributárias: teorias bipartite, tripartite e qüinpartite. 3.3. O imposto: conceito e características genéricas. 3.4. A taxa: distinção entre taxa e preço público (tarifa). 3.5. A contribuição de melhoria. 3.6. O empréstimo compulsório. 3.7. As contribuições especiais ou parafiscais.

4.3. A repartição de competências tributárias: critérios, *bis in idem* e bitributação. 4.4. As limitações constitucionais ao Poder de Tributar: princípios constitucionais tributários positivos, imunidades e outras restrições. 4.5. Repartição de receitas tributárias: normas constitucionais.

5.Legislação Tributária. 5.1. Conceito. 5.2. Normas principais e complementares. 5.3. Vigência: efeitos, início da vigência, *vacatio legis* e extinção da vigência. 5.4. Aplicação da legislação tributária. 5.5. Irretroatividade: fatos geradores futuros e pendentes, a lei interpretativa e a aplicação retroativa de normas tributárias penais benéficas.5.6.Ultratividade. 5.7. Interpretação e integração: conceitos, distinção e regras específicas do Código Tributário Nacional.

6.Obrigação Tributária. 6.1. Conceito. 6.2. Causa. 6.3. Espécies: principal e acessória. 6.4. Fonte da obrigação tributária. 6.5. Nascimento da obrigação tributária: hipótese de incidência e fato imponível. 6.6. Fato gerador: terminologia do Código Tributário Nacional e crítica. 6.7. Elementos ou aspectos do fato gerador. 6.8. Fato gerador instantâneo e complexo. 6.9. Fato gerador nos negócios condicionais. 6.10. Incidência e não-incidência.

7.Sujeitos da Obrigação Tributária. 7.1. Sujeito ativo. 7.2. Conceito: competência legislativa e competência arrecadatória. 7.3. O sujeito ativo e os desmembramentos territoriais. 7.4. Sujeito passivo. 7.5. Contribuinte. 7.6. Responsável: transferência e substituição tributária. 7.7. Solidariedade. 7.8. Responsabilidade tributária: por sucessão, de terceiros e por infrações. 7.9. Capacidade e domicílio tributários.

8.Crédito Tributário. 8.1. Natureza jurídica. 8.2. Constituição do crédito tributário. 8.3. Lançamento: natureza jurídica. 8.4. Modalidades de lançamento: direto, por declaração e por homologação. 8.5. Efeitos do lançamento e revisão.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO
DISCIPLINA: **Direito Tributário I**
CODICRED: **24322-04**

9. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário: conceito, efeito, causas (moratória, depósito integral do respectivo montante, impugnações e recursos administrativos e liminares judiciais).
10. Extinção do crédito tributário: conceito, efeitos, hipóteses (pagamento, compensação, remissão, transação, decisões administrativas e judiciais, novação, dação em pagamento, adjudicação de bens penhorados, confusão, prescrição e decadência). Decadência e prescrição.
11. Pagamento indevido. Hipóteses. Direito à restituição: correção monetária e juros moratórios. Restituição de tributos que, por sua natureza comportam o repasse do ônus financeiro a terceiros. Exclusão do crédito tributário: terminologia do Código Tributário Nacional e crítica.
12. Competência exonerativa: isenções homônomas, heterônomas e anistia. Efeitos.
13. Garantias, privilégios e preferências do crédito tributário. Conceito. Distinções. Fraude à execução e fraude contra credores. Preferências do crédito tributário. O crédito tributário na falência e na concordata.
14. Administração do crédito tributário. Conceito. Fiscalização: abrangência e limites. O sigilo fiscal. Dívida ativa: conceito, inscrição e certidão como título executivo extrajudicial. Certidões negativas de débito.
15. Processo Administrativo Tributário. Consulta. Impugnação. Manifestação de inconformidade. Recursos. Prazos. Arrolamento de bens.

IV. BIBLIOGRAFIA:

A - BÁSICA

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva. 2006
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva. 2007
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Malheiros. 2008.

B - COMPLEMENTAR

AVILA, Humberto Bergmann. Sistema Constitucional Tributário. São Paulo: Saraiva. 2004
BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral Direito Tributário. São Paulo: Lejus. 1998
CARRAZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros. 2008
CARVALHO, Paulo de Barros. Teoria da Norma Tributária. São Paulo: Max Limonad. 2002
COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense. 2001.

PUCRS - ESCOLA DE DIREITO
Confere com o documento original
Programa em vigor em 2014/1 / semestre.
Porto Alegre, 06/03/19

****

PUCRS ESCOLA DE DIREITO

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO
DISCIPLINA: **Direito Tributário II**
CODICRED: **24323-04**

I. EMENTA: Disciplina didaticamente autônoma do Direito Público que estuda as relações jurídicas existentes entre os entes dotados de competência impositiva e/ou administrativa-arrecadatória e aqueles que são compelidos às prestações, positivas ou negativas, relativas à exigência, fiscalização e arrecadação dos tributos.

II. OBJETIVOS: O objetivo da disciplina é prover o aluno dos conhecimentos necessários à correta análise e identificação do fenômeno tributário, de modo crítico, mediante exposição sistemática das regras jurídicas, legislativas ou não, que se referem às imposições de natureza tributária. Especial destaque é conferido à colocação precisa do Direito Tributário dentro da generalidade das disciplinas jurídicas e à compreensão do Sistema Constitucional Tributário Nacional, do tributo e suas espécies mais significativas, da obrigação tributária e do crédito tributário.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1.Impostos sobre a circulação de bens e consumo. 1.1. Imposto sobre operações de circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. 1.2. Aspectos constitucionais: âmbito de incidência e fato gerador. 1.3. Princípios da não-cumulatividade e seletividade. 1.4. Base de cálculo, alíquota, contribuintes e lançamento. 1.5. Imposto sobre de produtos industrializados. 1.6. Aspectos constitucionais: industrialização e circulação de produtos industrializados. 1.7. Princípios da não-cumulatividade e seletividade. 1.8. Base de cálculo e contribuintes. 1.9. Classificação de produtos. 1.10. Imposto sobre a prestação de serviços de qualquer natureza. 1.11. Aspectos constitucionais: âmbito de incidência e a definição de serviços tributáveis por Lei Complementar. 1.12. Fato gerador, base de cálculo, alíquota, contribuintes e lançamento. 1.13. Critérios de repartição de competências para instituição e exigência dos impostos sobre circulação de bens e consumo. 1.14. Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro: fato gerador, base de cálculo, alíquota, contribuinte, lançamento e função.

2.Imposto sobre o patrimônio. 2.1. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana: aspectos constitucionais: âmbito e incidência, progressividade fiscal e extrafiscal e gradualidade. 2.2. Fato gerador, base de cálculo, alíquota, contribuintes e lançamento. 2.3. Imposto sobre a propriedade territorial rural: aspectos constitucionais: âmbito de incidência. 2.4. Fato gerador, base de cálculo e contribuintes. 2.5. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores. 2.6. Aspectos constitucionais: âmbito de incidência e a questão da Lei Complementar. 2.7. Fato gerador, base de cálculo, alíquota, contribuintes e lançamento. 2.8. Imposto sobre a transmissão, por ato oneroso *"inter vivos"*, de bens imóveis e direitos reais a eles relativos, exceto os de garantia: aspectos constitucionais, fato gerador, base de cálculo, alíquota, contribuintes e lançamento 2.9. Imposto sobre a transmissão de bens a título gratuito ou *"causa mortis"*: aspectos constitucionais, fato gerador, base de cálculo, alíquota, contribuintes e lançamento.

3. Imposto sobre a renda e proventos. 3.1. Aspectos constitucionais: âmbito de incidência e progressividade. 3.2. Fato gerador: tributação das pessoas físicas e jurídicas: distinções e conceitos básicos, alíquotas, contribuintes e lançamento. 3.3. Arrecadação nas fontes: conceito e formas. 3.4. Imposto sobre grandes fortunas.

4. Impostos sobre o comércio exterior. 4.1. Imposto de importação: aspectos constitucionais, fato gerador, base de cálculo, contribuinte, zonas e lançamento. 4.2. Imposto de exportação: aspectos constitucionais, fato gerador, base de cálculo, contribuintes, lançamento e função.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO
DISCIPLINA: **Direito Tributário II**
CODICRED: **24323-04**

5. Contribuições especiais: noções gerais. 5.1. Contribuições de intervenção no domínio econômico. 5.2. Contribuições de interesse de categorias profissionais e econômicas: contribuição sindical, OAB. 5.3. Contribuição para o custeio da seguridade social: CSLL, PIS/PASEP, COFINS. 5.4. CPMF. 5.5. Contribuição para custeio de iluminação pública.
6. Ilícito tributário. 8.1 Classificação das infrações fiscais. 8.2. Tipos de sanções fiscais: sanções compensatórias (juros de mora, correção monetária e multa de mora) e sanções punitivas.

IV. BIBLIOGRAFIA:

A - BÁSICA

PAULSEN, Leandro; SOARES DE MELO, Jose Eduardo. Impostos: Federais, Estaduais e Municipais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2006.
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Malheiros, 2008.

B - COMPLEMENTAR

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. São Paulo: Malheiros, 2006.
FERREIRA NETO, Arthur Maria. Natureza Jurídica das Contribuições na Constituição de 1988. São Paulo: MP, 2006.
CALIENDO, Paulo. Direito Tributário: Três Modos De Pensar A Tributação, Elementos Para Uma Teoria Sistemática Do Direito Tributário. 2009, Livraria do Advogado.
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2007.
ÁVILA, Humberto Bergman. Sistema Tributário Nacional. São Paulo: Saraiva, 1998.
CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2008.

****

PUCRS - ESCOLA DE DIREITO
Confere com o documento original
Programa em vigor em 2014 / 2 / semestre.
Porto Alegre, 06 / 03 / 19

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDÊUTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Filosofia do Direito**
CODICRED: **24148-02**

I. EMENTA: Filosofia do Direito: objeto e método. Fundamentos éticos do direito. A dimensão política do direito. O direito na perspectiva da teoria da justiça.

II. OBJETIVOS: Incentivar a reflexão sobre o fenômeno jurídico. Explicitar as dimensões éticas e políticas do direito positivo. Determinar o valor e o sentido do direito no contexto dos problemas da sociedade contemporânea.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE 1: A Filosofia do Direito.
1.1 Conceito, objeto e método da Filosofia do Direito.
1.2 O problema ontológico do direito.
1.3 O problema epistemológico do direito.
1.4 O problema axiológico do direito.

UNIDADE 2: O direito como sistema de regras.
2.1 Leis, soberania e direito.
2.2 Os fundamentos do sistema jurídico.
2.3 Justiça, moralidade e direito.

UNIDADE 3: O direito como interpretação.
3.1 Crítica do modelo de regras.
3.2 Integridade e direito.
3.3 Justiça e direito.

UNIDADE 4: O direito como o justo.
4.1 Lei natural, prudência e direito.
4.2 Pessoa humana, comunidade e direito.
4.3 Justiça e direito.

IV. BIBLIOGRAFIA:

A - BÁSICA

DWORKIN, Ronald. *O império do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
FINNIS, John. *Lei natural e direitos naturais*. São Leopoldo: Unisinos, 2007.
HART, Herbert. *O conceito de direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDÊUTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Filosofia do Direito**
CODICRED: **24148-02**

B – COMPLEMENTAR

BARRETO, Vicente Coord. Dicionário de Filosofia do Direito. Rio de Janeiro/São Leopoldo: Renovar/Unisinos, 2006.
BARZOTTO, Luis Fernando. *O positivismo jurídico contemporâneo: uma introdução a Kelsen, Ross e Hart*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério.* São Paulo: Martins Fontes, 2002.
FINNIS, John. *O direito natural em Tomás de Aquino.* Porto Alegre: Safe, 2007.
MARITAIN, Jacques. Elementos de Filosofia. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

****

PUCRS - ESCOLA DE DIREITO
Confere com o documento original
Programa em vigor em 2014/1/ semestre.
Porto Alegre, 06/03/19

PLANO DE DISCIPLINA
1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
CURSO: FILOSOFIA
DISCIPLINA: 15090-04 FILOSOFIA E ÉTICA GERAL
CRÉDITOS: 04
CARGA HORÁRIA: 60H
PERÍODO DE VALIDADE: 2000 a 2010
2 EMENTA
Estudo da natureza da Filosofia e do filosofar. Filosofia da Mente: o problema mente-corpo. O Problema do Livre Arbítrio: Determinismo, Compatibilismo e Libertarismo. Estudo da Filosofia Moral: Metaética e Ética normativa. Em Metaética investigaremos a natureza e a metodologia dos juízos morais. Em Ética normativa investigaremos quais são os princípios que devemos seguir.
3 OBJETIVOS
- Despertar o gosto pela reflexão filosófica; - Desenvolver hábitos de reflexão com rigor e precisão; - Familiarizar o aluno com as principais posições, argumentos e filósofos que abordam o problema mente-corpo; - Compreender os principais conceitos e problemas relacionados ao problema do Livre Arbítrio; - Compreender padrões de racionalidade que orientam o ser humano na busca da verdade e do bem. - Introduzir os principais conceitos, problemas e teorias trabalhadas na Ética.
4 CONTEÚDO
1 Fenomenologia do Ethos: 1.1 Preliminares semânticos; 1.2 Ethos e Tradição; 1.3 Ethos e Indivíduo; 1.4 Ethos e Conflito. **2 Do Ethos à Ética:** 2.1 Ethos e Cultura; 2.2 Nascimento da Ciência do Ethos; 2.3 Estrutura da Ciência do Ethos. **3 Ética e Razão:** 3.1 Teoria da Práxis; 3.2 Origens Históricas da Teoria da Práxis; 3.3 Concepção Aristotélica de "PHRÓNESIS"; 3.4 4. Ética e Teoria. **4 Ética e Direito:** 4.1 Do Ethos à Sociedade política: Gênese do Direito; 4.2 Ética e Direito no Pensamento Clássico; 4.3 Ética e Direito no Pensamento Moderno. **5 Ética e Ciência:** 5.1 Do Ethos à Ciência; 5.2 Ética e Ciência Moderna; 5.3 A Dimensão Ética da Ciência; 5.4 O Ethos da Atividade Científica.
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
Aulas expositivo-dialogadas e discussões dirigidas que visam a introdução e o

...RS - ESCOLA DE HUMANIDADES
Confere com original
POA 11 MAR 2019
Mauricio Rodrigues
Decano ou Responsável

desenvolvimento dos tópicos do programa.

6 PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será constituída por 2 instrumentos: duas provas. Cada prova será individual, sem consulta, abordará parcialmente o conteúdo e valerá (50%) da nota final.

7 BIBLIOGRAFIA

7.1 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLACKBURN, S. Pense: Uma Introduçã à Filosofia. Lisboa: Gradiva, 2001.
CHURCHLAND, Paul M. Matéria e Consciência – Uma Introdução Contemporânea a Filosofia da Mente. São Paulo: UNESP, 2004.
COMTE-SPONVILLE, A. Pequeno Tratado das Grandes Virtudes. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
COSTA, C. Uma Introdução Contemporânea à Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
DENNETT, D. La libertad de acción: un análisis de la exigencia de libre albedrio. Barcelona: Gedisa, 1992.
FRANKENA, W. Ética. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
GENSLER, H. J. Ethics. London: Routledge, 1998c.
RACHELS, J. Elementos de Filosofia Moral. Lisboa: Gradiva, 2004.
VAZ, H.C.L. Escritos de Filosofia IV; Introdução à Ética filosófica I. São Paulo: Loyola, 1999.
VAZQUEZ, A.S. Ética. 19. ed. Rio de janeiro: Civilização brasileira, 1999. SINGER, P. Compendio de Ética. Madri: Alianza, 1995.
CAMARGO, Marculino. Fundamentos de Ética Geral e Profissional. Petrópolis: Vozes, 1999.
CHANGEUX, Jean-Pierre. Uma Mesma Ética para Todos? Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
MARCILIO, Maria Luiza. Ética na Virada do Milênio: Busca do Sentido da Vida. São Paulo: LTr, 1999.
VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. ÉTICA. (8ª ed.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
VIDAL, Marciano. Moral de Atitudes: Ética da Pessoa. Aparecida: Editora Santuário, 1981.
VOLPI, Marina Tazón. Universidade e sua responsabilidade Social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
D´ASSUMPÇÃO, Evaldo Alves. Comportar-se fazendo BIO-ética para quem se interessa pela ética. Petropólis, ed Vozes, 1998.
FRANKENA, Wilian K. Ética, Rio de Janeiro: Zahar, 1975, 2a ed.
GUISÁN, Esperanza. Razón, y Pasión en Ética. Los Dilemas de la Ética Contemporánea, Barcelona, Ed Anthopos, 1986.
LIMA VAZ, Henrique C. Escritos de Filosofia II, São Paulo, Edições de Loyola,
OLIVEIRA, Manfredo A. de. Ética e Racionalidade Moderna, São Paulo, Edições Loyola, 1993.
SCHOPENHAUER, Arthur. O Fundamento da Moral. São Paulo, Ed Martins Fontes, 1995.
SINGER, Peter. Ética Prática, São Paulo, Martins Fontes, 1993. (Demais capítulos).
VAZQUEZ, Adolfo Sanches. Ética, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989. (Demais capítulos).
CLOTET, Joaquim. Bioética: uma aproximação. Porto Alegre, Edipucrs, 2003.
ETXEBERRIA, Xabier. Ética básica. Bilbao: Universdad de Deusto, 1995.
GENSLER, Harry. Ethics. London: Routledge, 1998.
MONDIN, Batista. O homem, quem é ele? São Paulo: Paulus, 1980.

NOVAES, Adauto (Org.) Ética. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
SINGER, Peter. Ética prática. São Paulo: Martins fontes, 2002.
SINGER, Peter. Compendio de Ética. Madrid: Alianza, 1995.
SINGER, Peter. Vida Ética. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
SUNG, Jung Mo e SILVA, Josué Cândido da. Conversando sobre ética e sociedade. Petrópolis: Vozes, 2001.
ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: EDIPRO, 2002.
NAGEL, Thomas. *Uma breve introdução à filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
RACHELS, J. *Os Elementos de Filosofia Moral*. Barueri, SP: Manole, 2006.
RABUSKE, E. A. Antropologia filosófica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
WALTON, D. N. Lógica Informal. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
FURROW, D. Ética. Porto Alegre: Artmed, 2007.
WILLIAMS, B. Moral: uma introdução à ética. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
BOTTON, Alain de. *Filosofia para o dia-a-dia*. Vídeo. São Paulo: Vida Simples, 2007.
RIBEIRO, Renato Janine. Ética. Vídeo. Brasília, 2006.
SOUZA, Ricardo Timm de. *Sobre a construção do sentido*. SP: Perspectiva, 2003.

PUCRS - ESCOLA DE HUMANIDADES
Confere com original
DA 11 MAR 2019
Decano ou Responsável

PUCRS
Campus Central
Av. Ipiranga, 6681 – P. 05 – sala 206 – CEP: 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3555 – Fax (51) 3320-3602
E-mail: filosofia@pucrs.br
www.pucrs.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS

MEC-UFPEL C.R.A PRE

HISTÓRICO DO ALUNO

IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome: ULISSES DE SOUZA MATTES **Matrícula:** 20200300
CPF: 013.447.100-85 **CÉDULA DE IDENTIDADE:** 3097035401 **Órgão emissor/UF:** SSP - RS
Data de nascimento: 26/08/1985 **UF:** RIO GRANDE DO SUL **Nacionalidade:** BRASILEIRA
Situação do Aluno: CANCELAMENTO

FORMA DE INGRESSO

Processo Seletivo: ENEM **Mês/Ano:** NOVEMBRO/2019
Ingresso: SISU/ENEM **Ano/semestre:** 2020/2

CURSO SUPERIOR

Curso: 7100 - FARMÁCIA (BACHARELADO) **Código e-Mec:** 1103252
Ato legal: CURSO RECONHECIDO PELA PORTARIA Nº 653 DE 10/12/2013.
PUBLICADA NO D.O.U. DE 11/12/2013.
RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO PELA PORTARIA Nº 111 DE 04/02/2021. PUBLICADA NA SEÇÃO 1, PÁGINA 136 DO D.O.U. DE 05/02/2021.

2020/2	Componente Curricular / Docente	Turma	Média / Conceito	Situação	CR	CH
	09040006 - ANATOMIA MARIANA SOARES VALENCA (Doutorado) CAROLINE CRESPO DA COSTA (Doutorado) MARCIO OSORIO GUERREIRO (Doutorado) JOSEANE JIMENEZ ROJAS (Doutorado) MATEUS CASANOVA DOS SANTOS (Doutorado)	M1	8,90	APR	4	60
	09040026 - BIOLOGIA CELULAR MARLA PIUMBINI ROCHA (Doutorado)	M1	8,90	APR	4	60
	11090023 - FÍSICA JOSÉ RAFAEL BORDIN (Doutorado)	T3	7,90	APR	4	60
	11100061 - CÁLCULO 1 A ALEXANDRE SACCO DE ATHAYDE (Doutorado) WILLIAN SILVA BARROS (Doutorado) DANIELA BUSKE (Doutorado) REGIS SPEROTTO DE QUADROS (Doutorado) GLENIO AGUIAR GONCALVES (Doutorado) SERGIO LUIZ CARDOSO DE OLIVEIRA (Mestrado) FABRICIO BANDEIRA CABRAL (Doutorado)	T1	8,90	APR	4	60
	12000002 - QUÍMICA GERAL ADRIANA CASTRO PINHEIRO (Doutorado)	M1		INFR		
	12000042 - INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS PAULO MAXIMILIANO CORREA (Doutorado)	T1	9,30	APR	4	60

2021/1	Componente Curricular / Docente	Turma	Média / Conceito	Situação	CR	CH
	09010025 - BOTÂNICA JULIANA APARECIDA FERNANDO (Doutorado) CAROLINE SCHERER (Doutorado)	T1		CANC		
	09040027 - HISTOLOGIA GERAL E DE SISTEMAS ROSANGELA FERREIRA RODRIGUES (Doutorado)	M1		CANC		
	09050035 - GENÉTICA HUMANA MONICA LANER BLAUTH (Doutorado)	T1		CANC		
	11100049 - BIOESTATÍSTICA GISELDA MARIA PEREIRA (Doutorado)	T5		CANC		
	12000043 - DEONTOLOGIA E LEGISLAÇÃO FARMACÊUTICA WILLIAM PERES (Doutorado)	T1		CANC		
	12000287 - ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS FARMACÊUTICAS PAULO MAXIMILIANO CORREA (Doutorado)	T1		CANC		
	16400074 - PATOLOGIA GERAL CARLOS CASTILHO DE BARROS (Doutorado) AUGUSTO SCHNEIDER (Doutorado)	T1		CANC		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS

MEC-UFPEL C.R.A PRE

Nome: ULISSES DE SOUZA MATTES **Matrícula:** 20200300

	Componente Curricular / Docente	Turma	Média / Conceito	Situação	CR	CH

CR = Crédito, CH = Carga horária, APR = Aprovado, DSP = Dispensado, TRC = Trancado, CANC = Cancelado, REP = Reprovado, INF = Infrequente, DISP-EC = Dispensado por Extraordinário conhecimento

TOTAIS INTEGRALIZADOS

Créditos: 20 **Carga horária:** 300 **Média Final:** 7,32

Para validar este documento acesse o site da UFPEL item **Validador de documentos** e informe o código **LG28222WIH**

Instituição credenciada pelo Decreto-Lei N° 750 de 08 de agosto 1969. Recredenciada pela Portaria N° 484 de 22/05/2018, publicada no DOU n° 98, seção 01, página 14, de 23/05/2018. Código MEC 634 – CNPJ: 92.242.080/0001-00
Rua Gomes Carneiro, 1 - Centro - CEP 96010-610 - Pelotas, RS - Brasil
http://portal.ufpel.edu.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE ENSINO

IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular	11100061 - CÁLCULO 1 A - T1
Período	2020/2
Unidade	DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA
Distribuição de créditos	T (4) P (0) E (0) D (0)
Total de créditos	4
Distribuição de horas	T (60) P (0) E (0) D (0)
Total de horas	60

DOCENTES

Nome	Carga Horária (horas-aula)						Vínculo
	T	P	E	D	EX	Total	
WILLIAN SILVA BARROS	72	0	0	0	0	72	Professor Regente
DANIELA BUSKE	72	0	0	0	0	72	Professor Regente
REGIS SPEROTTO DE QUADROS	72	0	0	0	0	72	Professor Regente
GLENIO AGUIAR GONCALVES	72	0	0	0	0	72	Professor Regente
SERGIO LUIZ CARDOSO DE OLIVEIRA	72	0	0	0	0	72	Professor Regente
ALEXANDRE SACCO DE ATHAYDE	72	0	0	0	0	72	Professor responsável pela turma
FABRICIO BANDEIRA CABRAL	72	0	0	0	0	72	Professor Regente

OFERTADA PELO(S) SEGUINTES CURSO(S)

Colegiado	Código - Nome do Curso	Grau	Nivel
Colegiado do Curso de Administração	4510 - Administração	Bacharelado	GRADUAÇÃO
Colegiado do Curso de Zootecnia	5800 - Zootecnia	Bacharelado	GRADUAÇÃO
Colegiado do Curso de Agronomia	100 - Agronomia	Bacharelado	GRADUAÇÃO
Colegiado do Curso de Farmácia	7100 - Farmácia	Bacharelado	GRADUAÇÃO

INFORMAÇÕES DO PLANO

Objetivo

Gerais:
As habilidades que, espera-se, o aluno virá a desenvolver ao longo do curso, podem ser colocadas em três níveis:
1. Compreensão dos conceitos fundamentais do Cálculo Diferencial e Integral de funções de uma variável real.
2. Habilidade em aplicá-los a alguns problemas dentro e fora da Matemática.
3. Refinamento matemático suficiente para compreender a importância e a necessidade dos métodos do Cálculo, assim como a cadeia de definições e passos intermediários que os compõem, criando a base para o estudo de disciplinas posteriores.

Específicos:
- Compreender os conceitos de função, limite, continuidade, diferenciabilidade e integrabilidade de funções de uma variável real.
- Aprender técnicas de cálculo de limites, derivadas e integrais.
- Estudar propriedades locais e globais de funções contínuas deriváveis e integráveis.
- Aplicar os resultados em situações práticas dentro da área do Curso.

Ementa

Números reais, equações modulares. Funções, limites e continuidade. Derivadas e aplicações. Integral Definida e Indefinida e aplicações.

Programa

Conjuntos Numéricos

1.1 Conceito de conjunto, operações entre conjuntos;
1.2 Números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais;
1.3 Conjuntos Numéricos: intervalo aberto, fechado, semi-aberto;
1.4 Equações e inequações modulares e polinômios simples.

Unidade 2 - Funções reais de uma variável real

2.1 Conceito de função e métodos de sua definição;
2.2 Funções pares e ímpares, funções periódicas;
2.3 Funções crescentes e decrescentes;

PLANO DE ENSINO

Programa

2.4 Pontos de mínimo e Máximo;
2.5 Funções compostas;
2.6 Funções elementares.

Unidade 3 - Limites e Derivadas

3.1 Conceitos de limite e continuidade;
3.2 Propriedades elementares dos limites e das funções continuas;
3.3 Continuidade de funções elementares;
3.4 Continuidade de função composta;
3.5 Exemplos de funções descontínuas interessantes;
3.6 Conceito de derivada e sua interpretação geométrica e física;
3.7 Regras de derivação;
3.8 Derivada de função composta;
3.9 Derivação de funções elementares;
3.10 Derivadas de ordem superior;
3.11 Aplicação ao estudo qualitativo de funções;
3.12 Algumas Aplicações representativas às áreas a que se destina.

Unidade 4 – Integral Definida e Indefinida

4.1 Primitiva de uma função e integral indefinida;
4.2 Integração imediata e a tabela de integração;
4.3 O problema de área e definição de integral definida;
4.4 Teorema fundamental do Calculo Integral;
4.5 Métodos de cálculo da integral definida: mudança de variável de integração, integração por partes;
4.6 Conceito da integração imprópria;
4.7 Algumas Aplicações representativas às áreas a que se destina;
4.8 Algumas aplicações da integral definida.

Unidade 5 – Noções sobre equações diferenciais

Metodologia

A disciplina se desenvolverá exclusivamente através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) disponibilizado pela Universidade, que é o sistema Moodle (e - aula). As atividades serão, sobretudo, assíncronas e distribuídas semanalmente com a metodologia que abaixo segue. Os momentos síncronos são os cadastrados no sistema Cobalto e acontecerão por conta das Avaliações e, eventualmente, pela necessidade de orientações adicionais a critério do Professor e previamente comunicadas.

A cada semana, conforme o cronograma, o discente saberá de antemão o conteúdo que nela será abordado. Esse conteúdo será exposto ao discente através de vídeos e/ou texto, que são autosuficientes para orientar o estudo e promover o aprendizado. Esse material se encontrará postado na semana em questão na página da disciplina no sistema e-aula.

Cada semana conterá também uma atividade do sistema chamada Fórum (de dúvidas), que será, sobretudo, o espaço próprio de interação entre os atores do processo de ensino: alunos, professores e monitores. Nele deverão ser postadas e discutidas exclusivamente as dúvidas sobre os conteúdos estudados naquela semana.

Durante cada semana, monitores poderão resolver problemas predeterminados, que constituem exemplos elucidativos de algum conteúdo ou técnica de cálculo tratados na semana. O meio - através do e-aula - e a data de ocorrência dessa atividade serão previamente comunicados.

Ficará disponível, durante setenta e duas horas (72h), em cada semana uma atividade chamada Teste a ser individualmente efetuada pelo discente (através da atividade Questionário no e-aula), que servirá para contabilizar a presença semanal e de modelo às Avaliações.

O aproveitamento do estudo e o desenvolvimento do conteúdo logrado para fins da consecução dos objetivos propostos estão necessariamente condicionados à cooperação pró-ativa dos discentes em todo o processo de estudo-aprendizagem, e que diz respeito, portanto, à qualidade do estudo dedicado à disciplina, que requer concentração, regularidade, método, empenho, persistência, seriedade e vontade de progredir.

Como a comunicação ocorrerá, sobretudo, através da linguagem escrita, o sucesso do estudo e consequente aprendizado dos conteúdos se evidenciará no correto emprego e leitura da linguagem matemática. Além disso, seu emprego em conjunto com as facilidades presentes nos editores dos fóruns permitirá agilidade na comunicação, sendo, portanto, bem vindo o esforço do aluno no uso dessa forma de comunicação. Por outro lado, se houver necessidade de comunicação através do envio de algum arquivo digital (foto, pdf, etc.), essa deve ser feita exclusivamente através dos fóruns de dúvidas no e - aula.

Qualquer comunicação que se fizer necessária ao processo de ensino aprendizagem, dar-se-á unicamente e sem exceções através do sistema e-aula. Salvo as de natureza administrativa entre os discentes, os cursos, o departamento e os professores, que são as contempladas pelo Regulamento do Ensino de Graduação e Regimento Geral da Universidade.

Cabe observar que todo material produzido ou disponibilizado ao longo do semestre é protegido por direitos autorais (Lei n.º 9.610/98) e de uso de imagem (incisos V e X, Art. 5º da Constituição Brasileira). Isso não impede o aluno de apanhar lições com a finalidade exclusiva de anotação. No entanto, é vedada a sua reprodução ou publicação, integral ou parcial, sem a autorização prévia e expressa dos professores (inciso IV, Art.46 da primeira). Isso inclui o compartilhamento através de quaisquer formas ou meios de transmissão ou armazenamento, físico ou digital.

PLANO DE ENSINO

Critérios e métodos de avaliação

A Avaliação seguirá, em linhas gerais, as normas estabelecidas no Sistema de Avaliação (Art. 183 ao Art. 188 do Cap. V do Regimento Geral da Universidade, Art.146 ao Art.148 e Art. 150 do Regulamento do Ensino de Graduação, o inciso VIII do Art. 1º e o inciso I do Art. 3º do Parecer Normativo Nº 26 de 22/12/2020 do COCEPE):
1) A aprovação na disciplina fica condicionada a presença em pelo menos 75% das atividades, caso contrário o aluno estará reprovado por infrequência. A frequência de cada aluno será contabilizada semanalmente. Nas semanas em que não houver atividade avaliativa a presença será contabilizada através da realização de uma atividade chamada Teste, que ficará disponível no sistema por setenta e duas horas (72 h). Essa atividade consistirá em resolver questões propostas por meio da atividade Questionário do e-aula, que uma vez resolvida permitirá ao discente acesso a sua correção. Nas semanas em que houver, em conjunto com o Teste, atividade avaliativa, chamada Avaliação, a realização do Teste implicará na contabilização de duas horas (2h) à presença e a realização da Avaliação em três horas (3h).
Observamos que, com o objetivo de se perfazer as setenta e duas horas (72h) semestrais desse componente curricular, a carga horária semanal, a ser registrada no sistema Cobalto, será de cinco horas (5h) nas primeiras quatorze (14) semanas e de duas horas (2h) na última semana do curso.
2) As arguições para efeito de aferição do desempenho discente a serem expressas por meio de nota, serão em número de seis (6), conforme o previsto no cronograma. Cada arguição, chamada Avaliação, constitui-se na solução de prova proposta através da atividade Questionário do e-aula e será postada no sistema, na semana correspondente, às terças-feiras a partir das treze horas e trinta minutos (13:30 h) e ficará disponível para resposta no sistema impreterivelmente até as quinze horas e 30 minutos (15 h e 30 min). A não participação em uma Avaliação implica na atribuição ao discente da nota zero (0,0) e do registro de infrequência na semana correspondente.
3) A média semestral (MS) é calculada pela média aritmética das notas nas Avaliações.
Se MS é tal que MS 7 e a norma (1) for satisfeita, o aluno será considerado aprovado.
O aluno que satisfazer a norma 1 (um) e ter MS tal que 3,0 MS 6,9 submeter-se-á ao exame, que versará sobre todo o conteúdo da disciplina. A média final () será calculada através da média aritmética entre MS e a nota obtida no exame (), = (MS+)/2.
Estará aprovado o aluno que obtiver média final maior ou igual a 5,0 (cinco). O discente que, por alguma impossibilidade técnica ou impedimento legal (em conformidade com o Art. 151 do Regulamento do Ensino de Graduação) se viu impedido de acessar o sistema para a realização de não mais do que três das tarefas previstas (Teste ou Avaliação) terá direito a uma única tarefa a título de recuperação, que ocorrerá da seguinte maneira: a) se as tarefas perdidas forem apenas Testes, a tarefa de recuperação será um Teste a ser realizado no prazo estipulado na norma 1 (um); b) se pelo menos uma das tarefas perdidas for uma Avaliação, a tarefa de recuperação será uma Avaliação, cujo conteúdo versará sobre todo o conteúdo do curso e ocorrerá no prazo estipulado na norma 2 (dois) e cuja nota perfará a nota de cada uma das Avaliações perdidas na média semestral MS e analogamente a contabilização da presença. A recuperação ocorrerá na décima quinta semana do curso. O Exame está previsto para 29/06/2021.

Bibliografia básica

ANTON, H. et. al. Cálculo, vol. 1. Bookman. 2007;

ÁVILA, Geraldo S. Cálculo 1. Livros Técnicos e Científicos. 1992;

ÁVILA, Geraldo S. Cálculo 2. Livros Técnicos e Científicos. 1992;

EDWARDS, B., Hostetler, R.& Larson, R. Cálculo com Geometria Analítica, vol. 1. LTC. 1994;

EDWARDS, C. H., Penney, D. E. Cálculo com Geometria Analítica, vol. 1 – Prentice Hall do Brasil – 1997;

GEORGE B. Thomas, Cálculo, volume I, Pearson, 10ª edição. 3ª impressão. 2005;

LEITHOLD, Louis. O cálculo com Geometria Analítica, vol. 1. Harbra. 1976;

STEWART, James. Cálculo, vol.1. Pioneira. 2001.

Bibliografia complementar

GEORGE F. SIMMONS, Cálculo com Geometria Analítica, Vol. 1, McGraw-Hill, 1987.

RODOLFO DE SAPIO, Calculus for the Life Sciences, Freeman, 1978.

DAVID LAY, Larry Goldstein e David Schneider, Cálculo e suas Aplicações. Hemus, 2007.

CLAUDIA NEUHAUSER, Calculus for Biology and Medicine (2nd ed.), Prentice-Hall, 2003.

FLEMING, Diva e GONÇALVES, Mirian B. Cálculo-A Funções Limites Derivação Integração, 6ª Ed., Makron Books, 2010.

Outras informações

A disciplina diz respeito ao semestre 2020/2, conforme o Calendário Acadêmico 2021/1 (Gabinete do Reitor, Portaria Nº 1963, de 23/12/ 2020), e é desenvolvida em 15 semanas.

No cronograma: Ti (para i=1,...13) é o i-ésimo Teste, UiAj (para i=1,...,4 e j=1,....6) é a j-ésima Avaliação envolvendo a i-ésima Unidade.

A critério dos professores ou por eventuais razões de necessidade, visando salvaguardar o andamento do curso, a programação no cronograma pode sofrer alterações, que serão previamente comunicadas aos discentes no transcorrer do mesmo.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO

PLANO DE DISCIPLINA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DISCIPLINA: 1514K-02 - ***SOCIOLOGIA GERAL***

CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA: 30H **ANO/PERÍODO:** 2010/1

EMENTA

Matrizes teóricas clássicas e contemporâneas da Sociologia e da Antropologia. A estrutura social e seus componentes históricos. Mudanças nas sociedades contemporâneas: o processo de globalização e seus impactos sobre as organizações públicas e privadas e o mundo do trabalho. Instituições sociais, movimentos sociais e populares no contexto brasileiro. Diversidade cultural, etnocentrismo, relativismo e cultura crítica.

OBJETIVOS

3.1- Identificar as diferentes concepções teóricas sobre a sociedade.

3.2- Analisar as principais transformações que ocorrem na sociedade, organizações sociais e no mundo do trabalho.

3.3- Analisar os processos que desencadeiam modalidades alternativas de organização da sociedade.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

- Sociologia e Antropologia como ciências, surgimento e formação.
- As principais correntes sociológicas e antropológicas e seus objetos de estudo.
- A estrutura social: dimensões econômica, social, cultural e política.
- Instituições sociais.
- As desigualdades sociais.
- Cultura e sociedade.
- O processo de globalização: suas conseqüências sociais e culturais.
- As transformações sociais e culturais e seus reflexos no mundo contemporâneo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Aulas expositivas dialogadas. Resumo, análise e discussão de textos. Análise e discussão de filmes relacionados com a temática desenvolvida na disciplina.

RECURSOS UTILIZADOS

Livros, capítulos de livros, artigos de revistas acadêmicas e filmes. Quadro de giz e multimídia.

PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação através de provas, seminários e exercícios diversos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Cristina. *Sociologia* – introdução à Ciência da Sociedade. São Paulo: Moderna, 2005.

LARAIA, Roque. *Cultura:* um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

TOMAZI, Nelson (coord.). *Iniciação à Sociologia*. São Paulo: Atual, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BRYM, Robert ...e outros. *Sociologia:* sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Learning, 2006.

DOMINGUES, José Maurício (2001) *Sociologia e Modernidade:* para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

DUPAS, Gilberto. (1999) *Economia global e exclusão social:* pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. São Paulo, Paz e Terra.

POCHMANN, Márcio e AMORIM, Ricardo (orgs.) *Atlas da exclusão social no Brasil,*

A DE HUMANIDADES
original

11 MAR 2019

Decano ou Responsável

vol.1, 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2003.
QUINTANEIRO, Tânia (org.). Um Toque de Clássicos. Belo Horizonte: UFMG, 1995.
ROCHA, Everardo. O que é etnocentrismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.

UCRS - ESCOLA DE HUMANIDADES
Confere com original
POA, 11 MAR 2019
Decano ou Responsável

CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE PROPEDÊUTICA JURIDICA
DISCIPLINA: **SOCIOLOGIA JURÍDICA**
CODICRED: **24149-02**
VÁLIDO PARA TODOS OS CURRÍCULOS

(a partir de 2004/1)

I. EMENTA: O conceito sociológico do Direito no bojo das relações entre sociedade (comunidade) e poder. A Sociologia do Direito como ciência da sociedade. A estrutura do Direito e a estrutura da Sociedade. Tendências de desenvolvimento do Direito na Sociedade atual. Funções sociais do Direito. Direito e mudança social. A efetividade do Direito. A Sociologia do Direito no Brasil.

II. OBJETIVOS: Compreender, reflexivamente, o objeto e a importância da Sociologia do Direito, identificando seu campo de estudo, sua natureza científica e sua utilidade, bem assim as relações dessa disciplina com as ciências da dogmática jurídica, a Filosofia do Direito e a Teoria Geral do Direito. Apreender o Direito como fenômeno social, no bojo das relações entre sociedade (comunidade) e poder, acompanhando a evolução do pensamento dos sociólogos e dos juristas na matéria, bem assim a especificidade cultural das experiências jurídicas do *common law* e do direito continental. Identificar os pressupostos sociais de uma ordem jus-política pluralista e democrática, bem assim a contribuição do pensamento sociológico para entender, embasar, criticar e aperfeiçoar a referida ordem. Refletir, na medida do possível, a posição, atuação e *ethos* dos diversos segmentos do *staff jurídico* no regime democrático. Descobrir, de forma existencial, a utilidade e os limites da Sociologia do Direito na atuação do *staff jurídico*, especialmente no que se refere à aplicação e interpretação do Direito.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. A disciplina Sociologia do Direito. 1.1. Enciclopédia das ciências jurídicas e tridimensionalidade. 1.1.1. Sociologia do Direito. 1.1.2. Filosofia do Direito. 1.1.3. Dogmática jurídica. 1.2. Objeto material e formal da Sociologia do Direito. 1.3. Enfoques específicos da Sociologia do Direito. 1.3.1. Sociologia do Direito teórica e Sociologia do Direito empírica. 1.3.2. Sociologia do Direito pura (dos sociólogos juristas) e Sociologia do Direito aplicada (dos juristas sociólogos). 1.4. Utilidade da Sociologia do Direito na aplicação do Direito. 1.5. Utilidade da Sociologia Jurídica na criação do Direito. 1.6. Limites da Sociologia do Direito. 1.7. Fundação e linhas gerais da evolução da Sociologia do Direito. 1.8. Bibliografia.

PUCRS
Campus Central
Av. Ipiranga, 6681 - P. 11 - 8º andar
CEP: 90619-900
Fone: (51) 3320-3634 - Fax (51) 3320 - 3617
E-mail: direito@pucrs.br
www.pucrs.br/direito

CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE PROPEDÊUTICA JURIDICA
DISCIPLINA: **SOCIOLOGIA JURÍDICA**
CODICRED: **24149-02**
VÁLIDO PARA TODOS OS CURRÍCULOS

(a partir de 2004/1)

2. O Direito como fenômeno social. 2.1. Espaço social do fenômeno jurídico: os polos sociedade (comunidade) e poder, com suas relações recíprocas. 2.2. Sociologia genética do direito (SGD). 2.2.1. O direito bruto e o direito dos juristas. 2.3. Sociologia operativa do direito (SOD). 2.3.1. O direito legislado. 2.3.2. O direito vivo. 2.4. Pressupostos sociológicos do *common law*. 2.5. Pressupostos sociológicos do direito continental romano-germânico. 2.6. Conceito sociológico do direito. 2.7. Sistema sócio-cultural, conceitos fundamentais da sociologia e direito.

3. Grandes tendências do Direito na sociedade atual. 3.1. Globalização (unificação do âmbito espacial). 3.2. Uniformização (unificação de âmbitos objetivo e pessoal). 3.3. Socialização *versus* "subsidiarização". 3.4. Crescimento da matéria jurídica. 3.5. Especialização do Direito e do aparelho jurídico. 3.6. Burocratização *versus* desregulamentação. 3.7. Racionalização incessante. 3.8. Conclusão.

4. As funções sociais do Direito. 4.1. A questão das funções do Direito. 4.2. Função de orientação dos comportamentos. 4.3. Função de administração dos conflitos. 4.4. Função de promoção de condições de vida. 4.5. Função de legitimação do poder político-social. 4.6. Função de auto-aprimoramento. 4.7. Conclusão.

5. A efetividade do Direito. 5.1. Direito: produto de mudança social. 5.2. Direito: fator de mudança social. 5.3. A "alienação jurídica" e suas conseqüências. 5.4. Conformidade ao direito *versus* anomia: modelos. 5.5. Fundamentos da efetividade do Direito. 5.6. Garantias da efetividade do Direito. 5.7. Pluralismo jurídico e efetividade do Direito. 5.8. Efetividade da Constituição.

6. Sociologia do Direito, valores sociais e regime democrático. 6.1. As grandes concepções sobre o Direito. 6.1.1. O Direito vazio de faticidade e de valores. 6.1.2. O Direito instrumento ideológico das forças sociais. 6.1.3. O Direito atividade social de realização de valores. 6.2. As grandes concepções sobre a Sociologia do Direito. 6.2.1. A sociologia vazia de valores. 6.2.2. A sociologia instrumento de luta ideológica. 6.2.3. A sociologia em busca de objetividade e valores. 6.3. Os fundamentos teórico-sociológicos do Estado Social do primeiro pós-guerra. 6.4. Usos ideológicos do Direito. 6.5. Um Direito de valores, para a realização da pessoa e de todas as pessoas, no meio existencial social.

PUCRS
Campus Central
Av. Ipiranga, 6681 - P. 11 - 8º andar
CEP: 90619-900
Fone: (51) 3320-3634 - Fax (51) 3320 - 3617
E-mail: direito@pucrs.br
www.pucrs.br/direito

CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE PROPEDÊUTICA JURIDICA
DISCIPLINA: **SOCIOLOGIA JURÍDICA**
CODICRED: **24149-02**
VÁLIDO PARA TODOS OS CURRÍCULOS

(a partir de 2004/1)

IV. BIBLIOGRAFIA:

A – BÁSICA

CARBONNIER, Jean. *Sociologia Jurídica*. Coimbra: Almedina, 1979.
FARIA, José Eduardo de. *Sociologia Jurídica: crise do direito e práxis política*. São Paulo, Forense, 1984.
JUNQUEIRA, Elaine B. *A Sociologia do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1993.

B - COMPLEMENTAR

ARNAUD, André-Jean. *Dicionário Enciclopédico de Teoria e Sociologia do Direito*. Rio de Janeiro, Renovar, 1999.
BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.
FARIA, José Eduardo. *O Direito na Economia Globalizada*. São Paulo: Malheiros, 1989.
LUHMANN, Niklas. *Sociologia do Direito I*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1983.
_____, *Sociologia do Direito II*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1985.
ROCHA, Álvaro F. O. *Sociologia do Direito: A magistratura no espelho*. São Leopoldo, UNISINOS, 2004.
WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva.* Brasília: UnB, 1991.

****

PUCRS - ESCOLA DE DIREITO
Confere com o documento original
Programa em vigor em 2012/1 semestre.
Porto Alegre, 06/03/19

PUCRS
Campus Central
Av. Ipiranga, 6681 – P. 11 – 8º andar
CEP: 90619-900
Fone: (51) 3320-3634 – Fax (51) 3320 – 3617
E-mail: direito@pucrs.br
www.pucrs.br/direito

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDÊUTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Teoria Geral do Direito**
CODICRED: **24153-04**

I. **EMENTA:** O fundamento do direito. Ordenamento jurídico: composição e estrutura. Conceitos jurídicos fundamentais.

II. **OBJETIVOS:** Aproximar os alunos do horizonte específico do Direito, proporcionando-lhes informações fundamentais sobre o fenômeno jurídico. Estimular e orientar o aluno para o que é o Direito, como se constitui, aparece e se realiza na vida humana. Despertar os alunos para a percepção dos valores componentes do Direito. Analisar o conceito de Direito, considerando os conceitos básicos do pensamento jurídico.

III. **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

UNIDADE 1: O fundamento do Direito: Perspectiva histórica.
1 Perspectiva clássica: jusnaturalismo.
1.1 Prudência e jurisprudência.
1.2 As famílias do Direito.
2 Perspectiva moderna: juspositivismo.
2.1 A sistematização do Direito.
2.1.1 O jusracionalismo.
2.1.2 A codificação.
2.2 A teoria pura do Direito.
3 Perspectiva contemporânea: pós-juspositivismo.
3.1 A crise do juspositivismo.
3.2 Alternativas ao juspositivismo.
3.2.1 O Direito como instrumento de decisão.
3.2.2 A reaproximação entre Direito e valores.

UNIDADE 2: O ordenamento jurídico.
1 A composição do ordenamento jurídico.
1.1 Espécies de normas jurídicas.
1.2 Vigência, validade e eficácia das normas jurídicas.
1.3 Direito intertemporal (Lei de Introdução ao Código Civil).
2 Estrutura do ordenamento jurídico.
2.1 Sistema fechado.
2.2 Sistema aberto.

UNIDADE 3: O ordenamento jurídico e as relações fundamentais.
1 Relação jurídica.
2 Direito objetivo e direito subjetivo.
3 Direito público, direito privado e constitucionalização do Direito

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDÊUTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **TEORIA GERAL DO DIREITO**
CODICRED: **24153-04**

IV. BIBLIOGRAFIA:

A - BÁSICA

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. Brasília: UnB, 1999.
FERRAZ JR. Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Atlas, 2008.
MONTORO, André Franco. *Introdução á Ciência do Direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

B - COMPLEMENTAR

ASCENSÃO, José de Oliveira. *Introdução à ciência do Direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
BARZOTTO, Luis Fernando. *O positivismo jurídico contemporâneo:* uma introdução a Kelsen, Ross e Hart. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
ENGISH, Karl. *Introdução ao Pensamento Jurídico*. Lisboa: Calouste Gulbenkian Foundation, 2004.
REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. São Paulo: Saraiva, 2003.
VENOSA, Silvio de Salvo. *Introdução ao estudo do Direito*: primeiras linhas. São Paulo: Atlas, 2008.

****

PUCRS - ESCOLA DE DIREITO
Confere com o documento original
Programa em vigor em 2011/1 / semestre.
Porto Alegre, 06/03/19